

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 21 de junho de 2021



Nesta edição:

- **Finalizada a aprovação da MP que viabiliza a desestatização da Eletrobras;**
- **Desenvolvimento Regional é tema de audiência pública no Senado Federal.**

Finalizada a aprovação da MP que viabiliza a desestatização da Eletrobras

A Câmara dos Deputados finalizou a votação da MP 1031, que autoriza procedimentos para viabilizar a desestatização da Eletrobras e de suas subsidiárias, com exceção da Eletronuclear e de Itaipu Binacional.

A desestatização será feita mediante o aumento do capital social da Eletrobras por subscrição pública de ações ordinárias sem que a União adquira novas ações, passando assim à condição de sócia minoritária da empresa.

A MP autoriza a celebração de novos contratos de concessão de geração sob titularidade direta ou indireta da Eletrobras, pelo prazo de 30 anos. Os novos contratos deverão adotar o regime de exploração de produção independente, deixando de comercializar a energia elétrica gerada em regime de cotas. Além disso, a empresa passa a assumir os riscos inerentes ao seu negócio, principalmente o risco hidrológico.

Outros pontos de destaque do texto aprovado:

- Obrigatoriedade de contratação de 8.000 MW de termelétricas movidas a gás natural inflexíveis, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste;
- Prorrogação dos contratos do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia (Proinfra) por 20 anos;
- Contratação de pelo menos 50% da demanda declarada das distribuidoras em centrais hidrelétricas de até 50 MW (PCHs) nos leilões A-5 e A-6;
- Direcionamento de recursos da descotização das usinas hidrelétricas à Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) para modicidade tarifária no mercado regulado;

- Exigência de investimentos significativos para a revitalização do rio São Francisco e das bacias que servem às usinas de Furnas, bem como em ações para garantir a navegabilidade dos rios Madeira e Tocantins;
- Encaminhamento dos recursos não aplicados nos programas de investimento nas bacias hidrográficas, para a CDE, ao final de 15 anos, contados a partir do mês de assinatura dos novos contratos de concessão;
- Vedação de extinção, incorporação, fusão ou a mudança de domicílio das subsidiárias da Eletrobras, pelo prazo mínimo de 10 anos;
- Manutenção das garantias concedidas pela Eletrobras e suas subsidiárias a terceiros em contratos firmados anteriormente à desestatização;
- Prazo de doze meses para o Poder Executivo criar plano de recuperação dos reservatórios do Brasil;
- A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) definirá as regras operativas dos reservatórios de usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN), situados nos rios Grande e Paranaíba, com estabelecimento das regras de transição para a recuperação dos níveis destes reservatórios.

Durante a sessão, foi rejeitada a emenda do Senado que estipulava cronograma para que os consumidores pudessem optar pela compra de energia elétrica de qualquer fornecedor do SIN. Tal matéria é objeto do PL 414/2021, que aguarda despacho do Presidente na Câmara dos Deputados e trata da expansão do mercado livre de forma equilibrada, consistindo uma das prioridades da indústria.

Apesar de ter defendido a aprovação do texto original da MP, para a CNI a **transferência das atividades da Eletrobras à iniciativa privada** e a construção de um novo modelo setorial são fundamentais para recolocar o setor no caminho da competitividade, com a energia elétrica voltando a ser uma vantagem comparativa da economia brasileira.

A MP segue para sanção presidencial, com prazo de 15 dias úteis, contados a partir do recebimento do texto na Presidência.

Desenvolvimento Regional é tema de audiência pública no Senado Federal

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal iniciou um ciclo de cinco audiências públicas sobre o desenvolvimento regional no Brasil e as perspectivas de crescimento no País. Coordenada pelo seu Presidente, Senador Fernando Collor (PROS/AL), a audiência pública contou com a participação do Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, a superintendente de desenvolvimento do Banco da Amazônia, Caroline Low, o presidente do Banco do Nordeste, Romildo Rolim e o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Flavio Amary.

Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) comentou sobre as recentes alterações no marco regulatório do desenvolvimento regional, com a aprovação da MP 1016 e da MP 1017, sobre a renegociação das dívidas empresariais com os fundos constitucionais e os fundos de investimento Finam e Finor. Destacou a importância da renegociação das dívidas para permitir o crescimento econômico, ao tempo em que lembrou a necessidade de revisão dos vetos pelo Congresso Nacional. Lembrou que a MP 1052 tem efeitos positivos sobre o investimento em infraestrutura e a disponibilização de recursos ao setor produtivo via fundos constitucionais.

Defendeu uma Reforma Tributária ampla e a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional financiado pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com foco no fomento da atividade produtiva. Relatou um movimento mais recente de deslocamento de novos investimentos nas regiões Norte e Nordeste, com impactos sobre a necessidade de mão de obra qualificada e novos investimentos em educação.

Mencionou a ampla contribuição da CNI e do Sistema Indústria, por meio dos diversos institutos de inovação e tecnologia com os mais variados focos e contando com parcerias internacionais. Segundo Braga, a qualificação educacional e tecnológica, alinhada a investimentos em infraestrutura e inovação são os mecanismos que auxiliarão as empresas industriais nacionais e internacionais a investir no Brasil.

Romildo Rolim, presidente do Banco do Nordeste, mostrou os números da ação do BNB na região e os diversos programas de crédito produtivo e microcrédito que alavancam o setor empresarial e os investimentos em infraestrutura.

O Ministro Rogério Marinho chamou a atenção para os inúmeros projetos em desenvolvimento pelo MDR relacionados a infraestrutura, habitação, segurança hídrica, mobilidade urbana, prevenção de desastres e saneamento, que têm o potencial de chegar a uma carteira de R\$ 1 trilhão.

O Ministro mencionou também o projeto de lei que tramita no Congresso sobre as debêntures incentivadas, que contribuirão para os investimentos em infraestrutura. Sobre as parcerias com o setor privado, o Ministro destacou o potencial da estruturação de projetos de concessões e PPPs, advindos dos recursos do fundo de garantia de infraestrutura a serem disponibilizados pela MP 1052.

Louise Caroline Campos Löw, Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) comentou a missão institucional e a atuação da Sudam na região amazônica, na redução de entraves estruturais e de desenvolvimento na região Norte por meio de Políticas Públicas, retenção de talentos, integração da PNDA com a PNDR e com a agregação de valor e diversificação produtiva.

Flávio Amary, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano, destacou a necessidade de alinhamento das políticas estaduais com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional empreendida pelo governo federal e tratou do déficit habitacional no País.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no

LEGISDATA: <https://www.legisdata.cni.com.br>

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA